

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Estado pode entrar em recuperação fiscal

Um novo cálculo da situação fiscal do Estado pode ser usado pelo próximo governo de Goiás na tentativa de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), criado em 2017 para fornecer aos Estados com grave desequilíbrio financeiro instrumentos para o ajuste das contas.

O governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) diz estar tratando do assunto com o futuro ministro da Economia Paulo Guedes e considera que Goiás pode se encaixar nos critérios do programa, que teve o Rio de Janeiro como principal beneficiado. “O critério do Tesouro Nacional não é o mesmo que o Estado utiliza atualmente. Se você considerar todos os empenhos cancelados, isso é dívida. E se incluir, nós atendemos os critérios”, afirmou.

Só pode aderir ao RRF o Estado que tem desequilíbrio financeiro considerado grave. Isso ocorre quando são atendidos três requisitos: receita corrente líquida anual é menor do que a dívida consolidada ao final do último exercício; o somatório das despesas com pessoal, juros e amortizações é igual ou maior que 70% da RCL e o valor total de obrigações é superior às disponibilidades de caixa.

O Estado interessado tem de apresentar um plano de recuperação fiscal com sete itens, inclu-

indo redução de incentivos fiscais e autorização de privatização de empresas de saneamento e outros setores para utilização dos recursos em quitação de passivos. “Isso é negociável. Cada Estado vai fazer de acordo com a sua situação, se mais frágil ou vulnerável”, afirmou.

Durante a vigência do RRF, o Estado fica impedido de contratar pessoal, conceder auxílios e reajustes a servidores além da data-base, realizar concurso público, aprovar planos de carreira, criar cargos com aumento de despesas, conceder incentivos fiscais, gastar com publicidade e também celebrar novos convênios.

Como benefício, o Estado que adere ao RRF tem redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pelo Tesouro Nacional por até 36 meses; suspensão temporária dos requisitos legais exigidos para a contratação de empréstimos, assim como das vedações e determinações aplicadas pelo descumprimento dos limites estabelecidos para despesas de pessoal e dívida consolidada na Lei de Responsabilidade Fiscal; e suspensão da necessidade de comprovação, para transferências voluntárias, de que o Estado está em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União.

Caiado também diz que as conversas com o governo federal passam pela possibilidade de crédito novo resgatando o aval da STN, impedido hoje pela nota C de Goiás no rating do Tesouro Nacional. “O governo de Goiás hoje está interdito de qualquer empréstimo”, afirmou.

Além das articulações específicas do Estado, Caiado também discute propostas a ser apresentadas em conjunto esta semana pelos secretários da Fazenda em reuniões com Guedes e outros nomes da equipe econômica. (Fabrício Pulecini)



Isso é negociável. Cada Estado vai fazer de acordo com a sua situação, se mais frágil ou vulnerável”

Ronaldo Caiado (DEM), governador eleito



Justiça decreta bloqueio de bens

Ex-secretário e servidores são alvo de ação civil pública que apura superfaturamento em serviços de conservação e limpeza. OS que faz a gestão de hospitais é investigada por superfaturar outros serviços



Hélmilton Prateado

Especial para o
Diário da Manhã

A juíza Zilmene Gomide da Silva Manzoli, da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia, decretou o bloqueio e a indisponibilidade dos bens de cinco ex-servidores da Secretaria Estadual de Saúde e da empresa Coral Administração e Serviços Ltda. Dentre os servidores figuram o ex-secretário Antônio Faleiros Filho e o ex-gerente de licitações e contratos, Jurandir Dias de Paula Júnior.

A ação civil pública por ato de improbidade foi baseada em investigações iniciadas em 2011 quando foi aberta uma licitação para contratação de empresa para fazer os serviços de limpeza, conservação, desinfecção hospitalar, copa e jardinagem em hospitais do Estado, que na época ainda não eram geridos por Organizações Sociais.

Consta da investigação que Jurandir Dias de Paula Júnior e outros servidores fizeram um termo de referência para a licitação após realizarem pesquisa de preços de mercado. Segundo o Ministério Público a proposta apresentada pela Coral estava "dramaticamente acima da média de mercado", além de burlar a concorrência ao incluir na sua planilha de custos o "Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)" e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que não poderiam ser cobrados, pois se tratam de tributos de natureza direta e pessoalística.

O sobrepreço aceito pela comissão de licitação foi endossado pelo secretário Antônio Faleiros e pelo Gerente de Apoio Logístico e Operacional, Jurandir Dias



FOTOS: DIVULGAÇÃO

de Paula Júnior. A juíza observou em sua sentença que ficou constatado o superfaturamento de 27,87% aos valores considerados razoáveis para a contratação e que isso provocou um prejuízo de pouco mais de R\$ 7 milhões. Esse foi o valor do bloqueio dos bens dos envolvidos.

"Urge ressaltar que os agentes públicos devem pautar-se conforme os ditames do artigo 37, caput, da Constituição Federal, e que, a falta de economicidade retratada no caso em comente, infe-

re sobremaneira no princípio da eficiência", frisou a magistrada.

EMPREENHIMENTO

A relação de Jurandir Dias de Paula Júnior com a Coral foi intensificada a partir de então. A Coral veio a ter sua falência decretada poucos anos após esse contrato com dívidas de mais de R\$ 200 milhões, mas seus sócios continuaram no mercado sem qualquer atropelo. Lélcio Vieira Carneiro Júnior, filho do fundador da empresa, fundou uma Organização Social (OS)

para atuar no restrito segmento de serviços terceirizados pelo Estado. Lélcio Júnior esteve no poder central da Umantzzare, empresa que administrou presídios em Manaus e outros municípios no Amazonas e faturou mais de R\$ 650 milhões.

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH) foi fundado por Lélcio Júnior em Goiás e logo passou a gerir hospitais com um faturamento acima da média, como revela o médico Breno Leite Santos, que foi diretor do Hospital de Jaraguá. Breno é vereador na cidade e

crítico severo sobre a forma de gestão que o IBGH faz na cidade. Mas, a fusão das histórias de Lélcio, IBGH e Jurandir começou após as contratações. Jurandir, que era servidor da Secretaria de Saúde juntou-se a Bruno Pereira Figueiredo, velho companheiro de Lélcio e da Coral e compraram o IBGH de Lélcio por R\$ 750 mil, pagos em parcelas com dinheiro arrecadado do próprio Instituto. Hoje Jurandir é superintendente do IBGH e divide com Bruno a administração da OS.

Segundo o vereador Breno Lei-

te, de Jaraguá, o que o Estado de Goiás paga para o IBGH é substancialmente superior ao que é pago para outras unidades igualmente geridas por Organizações Sociais. Ele fez uma denúncia formal para o promotor de Justiça Everaldo Sebastião de Souza, de Jaraguá, aludindo que o hospital, sob gestão do IBGH, recebe por serviços que não presta e pediu apuração rigorosa nas contas da OS. "Na época mostramos que apesar de receber cerca de R\$ 1,3 milhão por mês, especialidades como ortopedia, pediatria, cardiologia, angiologia e plantão de ginecologia e obstetrícia e prontidão de anestesiologia não foram contratados. E que, assim sendo, a OS estaria recebendo por procedimentos médicos cirúrgicos que não está realizando", afirmou.

A falta desses serviços médicos que deixam de ser prestados no Hospital Estadual de Jaraguá obriga a Prefeitura de Jaraguá a mandar pacientes para Pirenópolis, onde a gestão também é do IBGH. Lá o MP também investiga superfaturamento nos preços e que o custo por leito seria mais alto que todos os hospitais públicos de Goiânia.

O promotor Everaldo Sebastião de Souza instaurou uma investigação e apurou até agora que a reforma no Centro Cirúrgico poderá sanar o problema da falta das cirurgias. "Vamos apurar se o IBGH recebeu por serviços que não foram prestados haverá responsabilidades a serem cobradas", frisou.

OUTRO LADO

A reportagem procurou por telefone o superintendente do IBGH, Jurandir Dias de Paula Júnior. Ele disse que não tinha interesse em falar com a reportagem e que seu advogado poderia se manifestar posteriormente.

Projeto de Caiado que ajusta incentivos fiscais em Goiás é sancionado

Wellinton Carlos

O governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) participou, ontem, da solenidade de assinatura da lei que reinstitui os incentivos fiscais no Estado de Goiás. O texto, que é fruto de um acordo construído pelo democrata junto a representantes do setor empresarial e parlamentares, garante a política de atração de empresas e geração de emprego para os próximos anos.

No Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Caiado foi recebido pelo atual governador, José Elton (PSDB), que sancionou o projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa de Goiás, ao lado de secretários de Estado; do presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Otávio Lage Filho, e de outros representantes do empresariado. "Houve um debate intenso com relação aos incentivos fiscais e a classe empresarial, por meio desse fórum, sempre promoveu uma discussão em alto nível.

Ouvimos as reivindicações, as ponderações, e também mostramos a realidade do Estado a todos os setores. O ponto maior, a coluna vertebral, foi mantido, que é a convalidação. É um avanço muito grande", assegurou o governador.

De acordo com a lei, houve uma redução nos benefícios concedidos a grandes empresas por meio dos programas Produzir e Fomentar, feita de acordo com cada área de atuação, modulada levando em conta as isenções fiscais e os créditos outorgados.

Além disso, o texto segue as determinações feitas em novembro do ano passado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que alertou para a necessidade de redução média de 12,5% nos benefícios concedidos. Mesmo com as alterações, Goiás seguirá como um dos Estados mais competitivos do Brasil e com percentuais de isenção na cobrança de impostos muito superiores a outras unidades da Federação. "Sabemos que um governo se

faz compartilhando responsabilidades. O setor produtivo, ao fazer esse gesto, aumenta minha responsabilidade, pois terei que fazer mudanças substantivas no governo, de mostrar que vamos ampliar o diálogo e as ações para que o cidadão goiano sinta melhoria no dia a dia. Os empresários vão nos ajudar enormemente e nós faremos nossa parte", acrescentou.

A articulação para o acordo sobre a redução se deu após mais de um mês de debate entre o governo eleito e representantes do setor produtivo. Caiado se reuniu por diversas vezes com técnicos, empresários e especialistas para debater a melhor maneira de se reajustar os percentuais de benefícios concedidos. A expectativa é que haja um incremento de R\$ 1 bilhão na receita do Estado no próximo ano, quando o assunto voltará à mesa de discussão. "Até setembro rediscutiremos todo esse processo para 2020. Levaremos em conta a realidade eco-

nômica do momento, as particularidades. Nós estamos otimistas com o novo governo, acreditamos que o Brasil voltará a crescer e ter segurança jurídica para atrair novos investimentos", asseverou.

AGRADECIMENTOS

O presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Otávio Lage Filho, fez questão de elogiar a capacidade de diálogo do governador eleito Ronaldo Caiado e do compromisso de promover as mudanças necessárias para recolocar Goiás nos trilhos do desenvolvimento. "Esse projeto dá segurança e tranquilidade aos investidores nessa nova fase de atração de investimentos e crescimento da economia. O governador Ronaldo [Caiado] fez compromisso conosco e vamos ajudar a economia do Estado. Goiás tem sido referência e vamos manter isso. Construir a quatro mãos dias melhores para o povo goiano", confirmou.

DMULGAÇÃO



Aprovação de projeto facilita entrada mais ótima do novo governo

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, José Vitti (PSDB), também exaltou a maneira como Caiado conduziu o debate sobre a reinstituição dos incentivos fiscais. Empresário, o deputado destacou que a redução nos benefícios será feita de maneira particular à cada setor e que no próximo ano haverá nova negociação.

Atual governador, Elton, por sua vez, celebrou o que chamou de "novo momento" para a política goiana, na qual o governo eleito e sua administração promovem uma transição aberta e em consonância. "Todos nós temos preocu-

pação com o bem estar da população. Essa solenidade é muito mais que a reinstituição dos incentivos e a promulgação da lei das emendas impositivas. Representa um capítulo novo na história política de Goiás. Estamos garantimos ao Estado a condição de competitividade no cenário nacional. Parabéns a sensibilidade do governador e do senador Wilder [Morais], que conduziram esse processo", discursou.

Após o evento no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Ronaldo Caiado seguiu para o Castro's Park Hotel, onde anunciou os primeiros nomes de seu secretariado.



“A saúde do Estado será administrada como prioridade”, diz Ismael Alexandrino

DA REDAÇÃO

Outro nome que compõe o primeiro escalão do governo de Ronaldo Caiado (Democratas) apresentado, é o do médico Ismael Alexandrino. Ele estará à frente da pasta da Saúde. O médico é, atualmente, diretor-presidente do Instituto Hospital Base de Brasília e conselheiro titular do Colegiado Gestor da Saúde do Distrito Federal.

A Secretaria Estadual da Saúde tem passado por momento delicado. As inúmeras denúncias de

falta de atendimento de qualidade nas unidades de saúde denunciadas pela imprensa goiana, além da divulgação da suspensão dos serviços prestados por Organizações Sociais em função de falta de repasse de verba vem colocando em cheque o funcionamento da pasta. Para o médico e futuro secretário “a saúde é composta por problemas multifatoriais, complexos e não se resolvem com medidas simplistas”.

Em entrevista coletiva à imprensa, Ismael Alexandrino co-

mentou que a saúde pública de Goiás será analisada com critério e muita atenção, com objetivo de implantar ações para um trabalho com extrema eficiência para aproveitar o recuso público com bastante zelo. “Nós entendemos a saúde de forma segmentada, que precisa de integração dos setores primários, secundários e terciários, também das entidades de terceiro setor... E como o sistema é único de saúde também a medicina suplementar”, explica.

EFICIÊNCIA

Questionado sobre a continuidade da administração dos hospitais estaduais pelas Organizações Sociais, Ismael esclareceu que está sendo analisado contrato a contrato e que certamente irá conversar com os gestores de cada unidade. “Buscaremos eficiência e transparência”, garantiu. “Entendo a Organização Social como ferramenta de gestão alternativa a administração direta, extremamente parceira, autônoma e ágil”, explicou Ismael.





Rincón e Júlio Vaz e dois servidores são soltos pela PF

Ex-presidente da Agetop, dois dirigentes da Codego e uma servidora comissionada do Estado são investigados por suspeita de lavagem de dinheiro e recebimento propina em contratos

DIVULGAÇÃO



Jayme Rincón, ex-presidente da Agetop

DIVULGAÇÃO



Júlio Vaz, presidente afastado da Codego



Helton Lenine

Da editoria de
Política

Os quatro presos na Operação Confraria, que apreendeu R\$ 10 milhões em bens de luxo, foram soltos, ontem, após cinco dias na carceragem da Superintendência da Polícia Federal, em Goiânia. Eles são suspeitos de participar de um esquema que, segundo a PF, cobrava repasses indevidos e os distribuía no âmbito da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (Codego).

Estavam detidos o ex-presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), Jayme Rincón, o presidente da Codego, Júlio César Vaz de Melo, o gerente geral de distritos do órgão, Márcio Gomes Borges, e a mulher dele, Meire Cristina

Rodrigues, que era servidora comissionada do Governo de Goiás.

Os quatro deixaram a prisão por volta de 0h de terça-feira. Ao sair da sede da PF, no Setor Bela Vista, região sul de Goiânia, apenas Jayme Rincón falou com a imprensa. Rapidamente, o ex-presidente da Agetop afirmou que "os advogados estão cuidando disto", se referindo aos processos nos quais é investigado.

O advogado dele, Romero Ferraz, informou, por meio de nota, que "desde o princípio, demonstrou indignação com a sua prisão temporária, que, segundo ele, "foi decretada se valendo de fatos que não foram investigados, esclarecidos por ocasião dos depoimentos dos proprietários dos imóveis e documentos juntados". De acordo com a defesa, "a falta da necessidade de manutenção da prisão, corroborou todos os argumentos já apresentados pela defesa".

"Desde o princípio, a defesa de Jayme Rincón, valendo-se de todas as suas garantias constitucionais, sempre o colocou à disposição da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário, demonstrando, inclusive, respeito às referidas instituições", concluiu.

Já a defesa de Júlio César afirmou que todas as manifestações relacionadas ao caso estão presentes nos habeas corpus interpostos.

OPERAÇÃO CONFRARIA

A Operação Confraria foi deflagrada na madrugada de quinta-feira (6). O nome da ação, segundo a PF, faz alusão às frequentes reuniões que, conforme a corporação, eram feitas com o objetivo de planejar as atividades ilícitas do grupo. Entre os bens apreendidos na investigação estão carros, caminhonetes e uma moto — todos eles de luxo —, além de lanchas.

Rincón já havia sido preso em setembro deste ano, durante a Operação Cash Delivery. Na ocasião, também foi preso o ex-governador Marconi Perillo, suspeito de receber propina da Odebrecht para campanhas eleitorais.

O advogado de Perillo, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que o ex-governador não é alvo da Operação Confraria e que, por isso, não se manifestará sobre a situação.

Em nota, o procurador-geral do Estado de Goiás, João Furtado, informou que o Estado não é parte da ação nem alvo das medidas cautelares. Disse ainda que a administração pratica atos absolutamente transparentes no pagamento de suas contas, que, segundo ele, são rigorosamente auditadas, como disponibilizado no Portal da Transparência.

(Com informações do G1GO)